

Subvenção pagava salário em Minas

Funcionários de empresas do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), que depõe hoje perante a CPI, recebiam o dinheiro das subvenções sociais destinadas a entidades filantrópicas. A descoberta foi considerada, ontem, por membros da Subcomissão de Subvenções Sociais, como uma das provas definitivas do envolvimento de Ribeiro com a máfia do Orçamento. Com base em informações do TCU e da Receita Federal, a Subcomissão encontrou mais provas contra o deputado. Os parlamentares fizeram segredo das descobertas, para não estragar o efeito-surpresa das perguntas a serem feitas durante o depoimento de Ribeiro.

A Subcomissão procurava ontem provas de que Ribeiro desviou o dinheiro das subvenções. Já foi constatado que a prefeitura de Taiobeiras (MG) apresentou notas frias para justificar o uso de 25 mil dólares de subvenções do Orçamento de 1992. A Subcomissão já havia descoberto que as entidades Pampulha, Ponte Nova e Porto Velho, que receberam 265 mil dólares em 1992, funcionam no mesmo endereço das empresas de Ribeiro, a Engesolo e a RLMG. Diretores das entidades pertencem à diretoria das empresas do deputado, verificaram auditores do TCU.

A Secretaria do Tesouro Nacional envia hoje o quadro de libe-

ração de subvenções sociais de todos os ministérios, de 1989 a 1992. Com isso, a Subcomissão terá mais informações para orientar a investigação sobre as entidades ligadas aos outros parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento. O levantamento sobre as subvenções do Ministério do Bem-Estar Social já foi concluído. De acordo com o coordenador da Subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), 208 entidades e prefeituras receberam mais de 100 mil dólares. Subvenções superiores a 200 mil dólares foram recebidas por 136 entidades e prefeituras.